

DE RACIONAIS A CRUÉIS: os portugueses e a modernidade.

Rodrigo Caetano Silva

Graduando do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí-UFPI/ Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

rodrigocaetano.ufpi@gmail.com

RESUMO- A Idade Moderna é um período da história do Ocidente fixado entre os períodos- medieval e contemporâneo. Trata-se de uma época de transição, durante o qual está em declínio o modo de produção feudal, abrindo espaço para a ascensão da economia capitalista. Esse é um período marcado pelo retorno dos valores clássicos, o individualismo, as Grandes Navegações, o Renascimento, a Reforma, a Contrarreforma, o Absolutismo e aquela que foi umas das maiores barbárie que o homem cometeu: a escravização dos africanos. Abordaremos neste artigo, dois eventos históricos que parecem fundamentais para percebermos a ganância e a crueldade do ser humano moderno, a expansão marítima europeia e a escravização dos negros africanos. Todavia, para efeitos metodológicos, nos fixaremos na expansão e padrões da colonização do Império português e às práticas escravistas feitas por estes na sua colônia Brasil.

Palavras-Chaves: Colonização. Escravidão.

Portugueses. Modernidade.

RESUMEN- La Edad Moderna es un período de la historia occidental, situada entre el períodos- medieval y contemporâneo. Es un momento de transición, durante el cual está disminuyendo el modo de producción feudal, dejando espacio para el surgimiento de la economía capitalista. Esse é un período marcado por el regreso de los valores clásicos, el individualismo, la Gran Navegaciones, el Renacimiento, la Reforma, la Contrarreforma, el absolutismo y que ese fue uno de los más grandes barbarie que el hombre comprometido: la esclavitud de los africanos. Comenta este artículo, dos acontecimientos históricos que parecem fundamentais a darse cuenta de la avaricia y la crueldad del hombre moderno, la expansión marítima europea y la esclavitud de los negros africanos. Sin embargo, para fines metodológicos en fijaremos la expansión y el nivel de colonización y esclavo prácticas del Imperio Portugués realizados por ellos en su colonia de Brasil.

Palabras clave: La colonización. Esclavitud.

Portugués. Modernidad.

INTRODUÇÃO

A Idade Moderna é um período da história ocidental que tem por especificidade estar entre dois períodos também muito importantes para a história da humanidade, Idade Média e Idade Contemporânea. Alguns historiadores apontam para a tomada do Império Turco-Otomo no final do século XV como o início da modernidade que se “finda” com a Revolução Francesa, no século XVIII.

A época moderna pode ser considerada um período no qual a evolução das ideologias capitalistas toma mais consistência. Contudo, vale esclarecer que, com a chegada da modernidade, não há uma total ruptura com os valores medievais. Neste período, há tanto influências dos valores medievais, quanto dos valores clássicos, como escreve Holanda: “Na primavera da Idade Moderna, quando à tradição medieval árabe e cristã se alia a do mundo clássico, agora ressuscitada, povoando o céu de imagens onde se transfiguram ganhando forças novas, as crenças mitológicas da Antiguidade” (HOLANDA, 2010:37).

O Renascimento proporcionou a retomada da cultura greco-latina, que passou a representar um momento de apogeu cultural da humanidade “ofuscado” pelo período medieval. A retomada da cultura greco-romana fez o homem alterar seus conceitos de interpretação do mundo, germinando novos questionamentos.

A Idade Moderna também pode ser caracterizada por um desanuviamiento da “trilogia negra”- fomes, pestes e guerras – criando, assim, condições propícias às descobertas marítimas e ao encontro de povos. A Reforma Protestante foi outra característica dessa época. Esse acontecimento colocou em xeque a soberania religiosa da Igreja Católica, abrindo caminho para novas vias do cristianismo. Foi acompanhada pela Contrarreforma Católica, uma tentativa de dinamizar ações da Igreja de Roma e garantir seu rebanho de fieis em meio à nova oferta religiosa.

Contudo, dentre os vários acontecimentos daquele período, nos parece pertinente abordamos neste artigo dois pontos que para nós são de fundamental importância no entendimento da ganância e da crueldade do ser humano moderno- a expansão marítima europeia e a escravização dos negros africanos. Para efeitos metodológicos, nos voltaremos para a expansão e padrões da colonização do Império português e às práticas escravistas feitas por estes na sua colônia Brasil.

PORTUGAL: o pequeno gigante

A partir do século XV, começou haver na Europa um processo conhecido como grandes navegações, no qual países que tinham “tecnologia” como Portugal, Inglaterra e Espanha começaram a se lançar ao mar em busca de novas terras e mercados. Um dos primeiros países a embarcar nesta empresa foi Portugal. Isso somente foi possível porque Portugal efetivou mais cedo a unificação do seu território e a centralização do poder político (BRANDÃO, 1999:35).

Brandão ressalta que havia um desequilíbrio entre a extensão territorial do pequeno Portugal e a imensidão entre a extensão territorial do Brasil. A autora ressalta que Portugal teve de enfrentar certas dificuldades para realizar o processo de colonização do Brasil:

No primeiro momento, sobressai-se o desequilíbrio entre a extensão territorial do pequeno Portugal e a imensidão das terras do Brasil. Verifica-se ainda o descompasso entre o volumoso capital requerido na implantação da empresa colonial e a delicada situação financeira do reino português. Somam-se a isso as dificuldades enfrentadas para assegurar o domínio colonial, face às investidas de outras potências ultramarinas. (BRANDÃO, 1999:35)

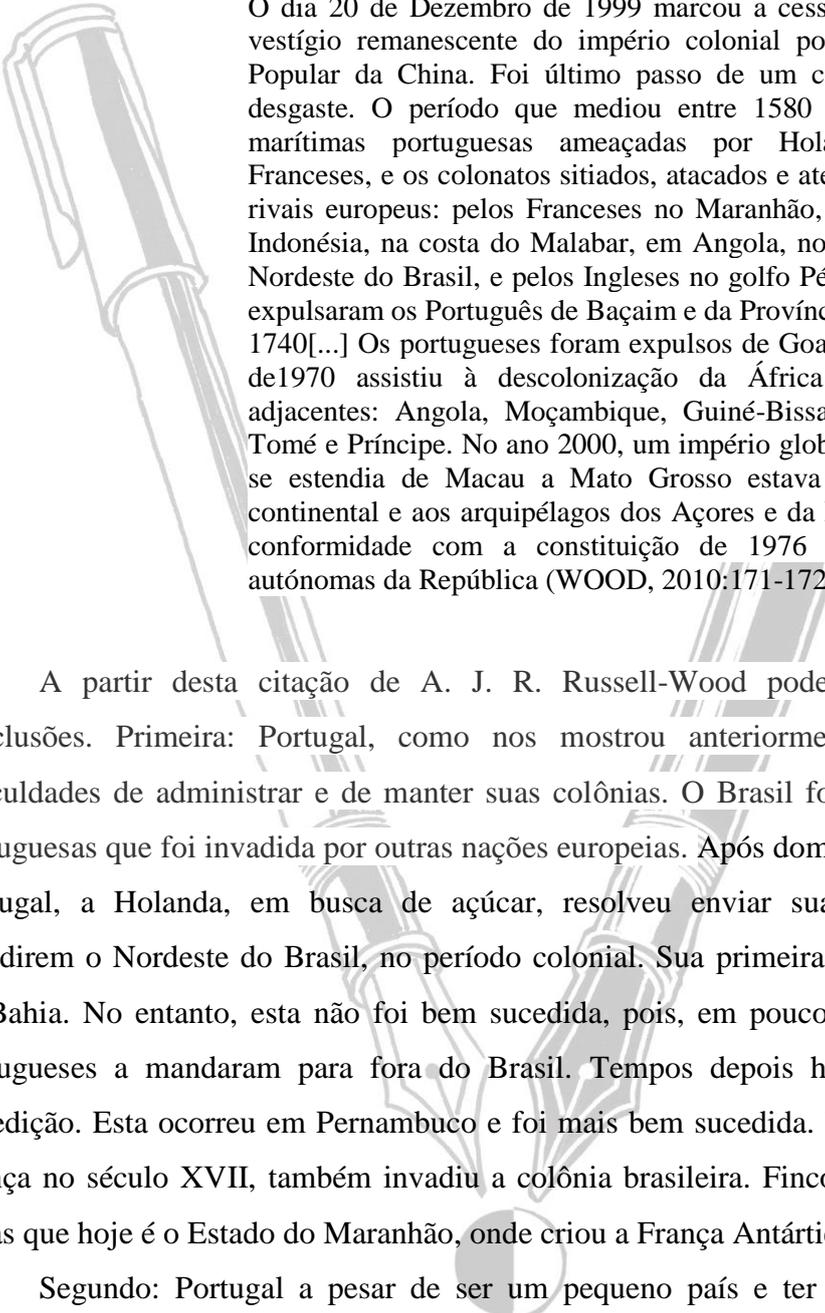
Podemos perceber nas entrelinhas do livro analisado: “*O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*”, mais precisamente no primeiro capítulo, que *a priori*, Portugal não teve tanto interesse pelas terras brasileiras, pois ainda estava realizando práticas comerciais com as Índias, atividade que naquele momento era mais lucrativa:

No entanto, em virtude das dificuldades enfrentadas no Oriente, os riscos próprios da viagem, os ataques de estrangeiros aos navios, os custos com a manutenção do domínio e a perda do monopólio comercial das especiarias, modificou-se o tratamento até então concedido ao Brasil. Decidiu-se então Portugal, a partir das experiências adquiridas nas Ilhas do Atlântico e das sugestões feitas, empenhar-se na ocupação do território e organizar produção que fosse ao mesmo tempo apropriada à região e lucrativa no comércio europeu (BRANDÃO, 1999: 38).

Todavia, neste primeiro momento de exploração do Brasil, Portugal concentrou-se sua atuação nas zonas litorâneas produtoras de gêneros exportáveis. Contudo, “somente após a definitiva expulsão dos estrangeiros instalados no Brasil: holandeses e

franceses, é que Portugal se voltou para a exploração do interior da colônia” (BRANDÃO, 1999. P. 40).

OS PORTUGUESES e os padrões de colonização



O dia 20 de Dezembro de 1999 marcou a cessão formal de Macau, vestígio remanescente do império colonial português, à República Popular da China. Foi último passo de um constante processo de desgaste. O período que mediou entre 1580 e 1690 viu as rotas marítimas portuguesas ameaçadas por Holandeses, Ingleses e Franceses, e os colonatos sitiados, atacados e até ocupados pelos seus rivais europeus: pelos Franceses no Maranhão, pelos Holandeses na Indonésia, na costa do Malabar, em Angola, no golfo da Guiné e no Nordeste do Brasil, e pelos Ingleses no golfo Pérsico [...] Os Maratas expulsaram os Português de Baçaim e da Província do Norte, em 1737-1740[...] Os portugueses foram expulsos de Goa em 1961, e a década de 1970 assistiu à descolonização da África portuguesa e ilhas adjacentes: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. No ano 2000, um império global que no seu apogeu se estendia de Macau a Mato Grosso estava reduzida a Portugal continental e aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, os quais em conformidade com a constituição de 1976 se tornaram regiões autónomas da República (WOOD, 2010:171-172).

A partir desta citação de A. J. R. Russell-Wood podemos tirar algumas conclusões. Primeira: Portugal, como nos mostrou anteriormente Brandão, teve dificuldades de administrar e de manter suas colônias. O Brasil foi uma das colônias portuguesas que foi invadida por outras nações europeias. Após domínio da Espanha em Portugal, a Holanda, em busca de açúcar, resolveu enviar suas expedições para invadirem o Nordeste do Brasil, no período colonial. Sua primeira expedição ocorreu, na Bahia. No entanto, esta não foi bem sucedida, pois, em pouco tempo, os colonos portugueses a mandaram para fora do Brasil. Tempos depois houve uma segunda expedição. Esta ocorreu em Pernambuco e foi mais bem sucedida. Vale ressaltar que a França no século XVII, também invadiu a colônia brasileira. Fincou sua bandeira nas terras que hoje é o Estado do Maranhão, onde criou a França Antártica.

Segundo: Portugal a pesar de ser um pequeno país e ter enfrentado grandes dificuldades para manter suas colônias, conseguiu construir um grande império e isso o possibilitou a explorar muito das riquezas dessas localidades. Porém, as dificuldades de administração e o sentimento de nacionalismo de algumas de suas colônias que começaram a aflorar, fizeram com que Portugal no século XX ficasse reduzido apenas

ao seu território. Para Holanda, os portugueses eram a luz da sabedoria do povo europeu, os mais racionais do continente. Na mentalidade europeia da época moderna, ainda havia resquícios da mentalidade medieval, ou seja, o fantástico e o ilusório estavam enraizados nas mentes da “população”. Sendo assim, os portugueses tinham a mesma função de um padre que exorciza um corpo dominado por anjos das trevas.

Outro ponto pertinente em relação aos portugueses é a questão da experiência. Tal experiência fez com que os portugueses desmitificassem os mitos existentes na Europa Moderna. “Os horríveis monstros antropológicos e zoológicos, as lendas de ilhas fantásticas e de terrores inibitórios- tudo isso que obscurecia o entendimento e entorpecia a ação foi destruído pelos nossos pilotos com o soberano vigor dos fatos indisputáveis” (HOLANDA, 2010: 49). Contudo, duas questões parecem-nos bastantes fundamentais: quais razões ou causas levaram os portugueses a se lançarem em alto mar? Quais as especificidades de sua colonização? Segundo as argumentações de Wood, não houve uma causa específica que motivou tal façanha, mas sim “uma ou mais das seguintes motivações: políticas, econômicas, comerciais e religiosas; vantagens militares relativas; curiosidade científica; aventura” (WOOD, 2010: 171-172).

Como ressaltamos anteriormente, para uma melhor análise e descrições dos fatos, nos atentaremos para o processo de colonização feita pelos portugueses nas terras que hoje formam o Estado do Brasil. *A priori* a descoberta do “novo mundo” por Colombo provocou uma disputa diplomática entre Portugal e Espanha, que seria temporariamente controlada pelo Tratado de Tordesilhas. Todavia, o que fora acordado não seria plenamente respeitado e isso ocasionaria o surgimento de um novo tratado. O Tratado de Madrid estabeleceu o limite entre os domínios espanhóis e portugueses. Mas uma das primeiras iniciativas da Coroa Portuguesa para assegurar as terras garantidas pelo Tratado de Tordesilhas foi dividir o Brasil em capitanias hereditárias:

[...] Entre 1534 e 1536, D. João III dividiu o Brasil, da foz do Amazonas, no longínquo Norte, a São Vicente, no Sul, em quinze concessões, e atribuiu-as a doze donatários. Cada um deles deveria impor e cobrar impostos, nomear funcionários judiciais, fundar vilas e aldeias, promover a agricultura e o cultivo da terra, e atribuir terras (sesmarias) a indivíduos devidamente qualificados [...] (WOOD, 2010: 183).

Vale destacar que no Brasil, o sistema de capitanias hereditárias não teve grande êxito econômico, devido à falta de investimento de seus donatários, a difícil comunicação entre as capitanias e a metrópole e aos constantes ataques de índios. Somente duas capitanias prosperaram graças à lavoura canieira: Pernambuco e São

Vicente. Todas as outras malograram pelos motivos citados. Porém, do ponto de vista político, a nosso ver tal sistema teve certo êxito, pois garantiu a posse e direito de exploração das terras por Portugal.

Como o sistema de capitanias não satisfaz os êxitos esperados pela Coroa, essa decidiu criar a figura do governador geral. Esses tinham a incumbência de criar um ambiente seguro para os próximos colonizadores. A emigração foi outra estratégia da Coroa para garantir sua presença nas colônias. Houve dois tipos de imigrantes: os que vinham por livre e espontânea vontade e os que vinham forçadamente. “Além da emigração voluntária patrocinada, houve emigração forçada de Portugal, do século XV ao século XIX. Teve como protagonistas os leprosos, os cristãos-novos, os ciganos, os vagabundos e os condenados” (WOOD, 2010:183).

Contudo, a emigração teve um caráter mais tendencial do que de padrão da colonização. Isso, pois, “esta fluidez é manifestada na demografia da emigração, oscilando de intensidade em diferentes períodos e para diferentes regiões, com ritmos variados de aceleração e estagnação” (WOOD, 2010: 183).

A colonização portuguesa no Brasil teve por características a presença física seja por pessoas que vinham por sua própria vontade ou por aquelas que vinham forçadamente; o desenvolvimento de vilas e a catequização dos nativos; a exploração das riquezas e o trabalho escravo. Sendo esta última a que mais chama nossa atenção devido ao seu caráter brutal e covarde.

OS PORTUGUESES: de desmistificadores a escravistas

A ganância do ser humano é algo que pode ser percebido em todos os momentos históricos e essa vontade de ter mais e mais, em processo de acumulação de bens, foi, a nosso ver, um dos motores das maiores atrocidades da época moderna- a escravização dos africanos. O individualismo e o modo como o “eu” ver o “outro” também foram marcas da época moderna. Os portugueses, além de serem realistas como escreveu Holanda em “*VISÃO DO PARAÍSO - Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*”, formavam também uma sociedade escravista.

O homem submetido pela força nem sempre é um escravo. Podemos classificar uma comunidade como escravista quando o trabalhador escravizado é considerado uma mercadoria; quando seu proprietário pode decidir onde, como e quando empregar seu trabalho; quando, ao menos em teoria, a totalidade do produto do trabalho do cativo

pertence ao amo e, finalmente, quando o *status* servil é vitalício e hereditário (FIABANI, 2005: 15).

Era exatamente isso que os escravistas portugueses faziam com os negros africanos. O negro uma vez escravizado deixava de ser humano e passava a ser um mero objeto nas mãos de seu senhor, contudo, um objeto que reagia contra a violência do sistema escravista. O conceito de escravo subentende a noção de objeto/propriedade, pois o escravo não era nada mais do que um bem do seu senhor/ proprietário, o qual poderia dispor desse bem como desejasse. “O escravo é apropriado juridicamente como um bem móvel. O senhor considerou que ele valia o preço pago e os cuidados necessários a fazê-lo trabalhar” (MATTOSO, 2003: 117). Para efeitos metodológicos, nós iremos aqui nos referir ao negro e ao indígena na condição de escravos, pelo termo: “escravizados”.

Nosso entendimento é o de que o termo “escravo” é empregado erroneamente, pois nenhum ser humano nasce na condição de escravo, mas sim é escravizado, posto que a escravidão lhe é imposta. Nem mesmo o filho de um escravo nasce escravo, apesar de ser escravizado já com o nascimento. No Brasil, somente com Lei do Ventre Livre (1871) os filhos dos escravizados nasciam “livres”.

Segundo CHAVES (1998) “quando os portugueses pisaram o solo brasileiro, principalmente a partir de 1525 e 1536 com a chegada dos primeiros donatários no Nordeste, começou para os habitantes da terra um longo e ininterrupto martírio” (CHAVES, 1998: 182). Ao chegar ao Brasil, os portugueses *a priori* mantiveram com os nativos uma espécie “amigável” de troca comercial. Os índios faziam o serviço pesado para os portugueses e em troca estes lhes davam pequenas bugigangas. Porém, com o passar do tempo “surgiu um impasse: os índios não aceitaram as regras do jogo. Nada mais natural do que forçá-los ao trabalho” (CHAVES, 1998:182).

[...] Os índios estavam ao alcance das mãos dos portugueses. A guerra começou a se alastrar pelas praias, galgou as montanhas e atingiu os planaltos. Expedições punitivas e escravizadoras foram enviadas para toda parte. Os índios foram batidos, torturados, marcados com ferro em brasa como animais submetidos a duro cativeiro nos eitos das roças e na bagaceira dos engenhos de cana-de-açúcar (CHAVES, 1998: 182).

O processo de escravização dos índios entrar em declínio com a chegada dos jesuítas, contrários à escravização dos nativos. Também concorrerá para esse recuo a

percepção dos portugueses de que não havia vantagens em manter os índios cativos, pois estes “tinham pouca resistência para o confinamento e para os trabalhos duros nas lavouras”. Os portugueses passam a olhar para o Continente Africano, local onde havia uma grande quantidade de mão-de-obra. Passam, então, a fomentar disputas entre as tribos, para adquirir dos vencedores aqueles negros que estavam menos feridos. Essa compra recebia o nome de “resgate”. O termo era usado como eufemismo que escondia todas as crueldades durante a negociação dos portugueses com as tribos que vendiam seus próprios irmãos (CHAVES, 1998: 183).

As levas de negros escravizados eram assim adquiridas eram tangidas para a costa do mar, caminhando em lotes, amarrados ou soltos, com paus ou cangas ao pescoço, entre duas filas de guardas armados, até os barracões de portos predeterminados. Uma vez ali, esperavam os navios que vinham do Brasil carregados com mercadorias para o pagamento do resgate e que deveria voltar carregados de escravizados (CHAVES, 1998: 183).

Por meio do lucrativo tráfico negro, os portugueses trouxeram do continente africano milhões de escravizados, os quais foram postos para trabalhar compulsoriamente na “plantation”- no Brasil, caracterizada pela monocultura agroexportadora de cana-de-açúcar:

[...] Com a grande propriedade de monocultura, instala-se no Brasil o trabalho escravo. (...) A escravidão, torna-se, assim, uma necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América. (...) É, aliás, esta exigência da colonização dos trópicos americanos que explica o renascimento na civilização ocidental, da escravidão em declínio desde fins do Império Romano, e já quase extinta de todo neste século XVI, em que se inicia aquela colonização (PRADO JÚNIOR, 2004: 34).

As lavouras de cana-de-açúcar foram fundamentais para a economia da metrópole e que os engenhos eram vistos pelos reis “não só como empreendimentos comerciais, mas também como núcleo da colonização” (WOOD, 2010: 195). O escravizado também era mão-de-obra para alabuta com o gado, com a mineração, nos afazeres domésticos, na cidade etc. Na visão da historiadora Katia M. de Queirós Mattoso, “trabalhar obedientemente e na ‘humildade cristã’ são as obrigações do “escravo” (MATTOSO, 2003: 118).

Neste contexto histórico-econômico, a escravidão se reveste como decisiva para a colônia Brasil, ou melhor, para o desenvolvimento do aparelho econômico que beneficiava diretamente a metrópole- Portugal. A historiadora Brandão assegura que,

“embora a escravidão não tenha sido a única forma de trabalho compulsório adotado nas Américas, ela foi a mais importante delas” (BRANDÃO, 1999:19).

As práticas escravistas dos portugueses na sua colônia Brasil têm como características marcantes os castigos corporais, bastante comuns, permitidos por lei e com a permissão da Igreja. Outra característica importante da unidade escravista português é o fato de a produção baseada na mão-de-obra escravizada estar voltada principalmente para o mercado externo. Ressalte-se, no entanto, que a escravidão não foi fundamental apenas para modelo agroexportador. Ela também foi essencial para o desenvolvimento das pequenas lavouras, para a extração de minérios e para o criatório de gado, sendo essa última a principal atividade econômica do Piauí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crueldade com que os portugueses trataram os negros africanos foi uma das maiores atrocidades que o humano moderno cometeu. Os negros foram subjugados, humilhados, maltratados, violentados, mortos [...] tudo isso pela ganância do homem moderno. Essa ganância foi bastante motivada pelas ideologias capitalistas, que na época moderna tomam ainda mais consistência.

A violência, filha diletta da escravidão dos negros africanos, era uma rotina no Brasil colonial e durante todo o Império. Durante mais de três séculos, homens negros foram privados da liberdade, submetidos a um regime forçado de trabalho, despossuídos de suas origens étnicas e culturais, proibidos até de falar sua língua e cultivar seus deuses. Eram meramente peças de uma engrenagem econômica no nascente sistema capitalista. Encaixavam-se, com efeito, no amplo processo de economia colonial na América Portuguesa, seja como mão-de-obra, seja mesmo como um bem de produção, posto que a venda de homens africanos como escravos converteu-se também em um negócio rentável, que prosseguiu mesmo após o fim do período colonial e a independência política do Brasil.

A escravização de negros africanos foi a forma de trabalho dominante durante os períodos colonial e imperial da história do Brasil, sendo o principal sustentáculo da economia brasileira. Jacob Gorender, em *O escravismo colonial* chega a defini-la como um modo de produção escravista colonial. Como disse o padre jesuíta Antonil, no início do século XVIII, os escravizados “eram as mãos e pés do senhor de engenho”

(ANTONIL, 1982: 106). E a escravidão não se restringiu ao meio rural, acompanhando o processo de nascimento das vilas e cidades, no que originou a denominação “escravidão urbana”.

Porém, mesmo qualificando os portugueses modernos como uma sociedade escravista, que recorreu à violência cotidiana para perpetrar a atrocidade da escravidão, não se pode ignorar o fato de que concorreram para o surgimento de um país e de um povo - o brasileiro. Os portugueses foram grandes desbravadores, conseguiram construir um grande império apesar de, ao longo do tempo, terem perdido suas colônias. Concordamos com Holanda quando ressalta que os portugueses foram os grandes quebradores de mito na época moderna. Racionais e objetivos esses eram os portugueses que conseguiram exorcizar a Europa; construir um grandioso império e cometer aquela que para foi uma das maiores selvageria da humanidade - a escravização dos negros africanos, aos quais se negou não apenas a liberdade de escolha, mas se agiu com a escravidão para em parte desconstruir suas identidades étnicas e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

BRANDÃO, Tanya Maria Pires: **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII/ Tanya Maria Pires Brandão; Apresentação de Armando Souto Maior**. – Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**; prefácio de Teresinha Queiroz - Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004) / AdelmirFiabani**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **VISÃO DO PARAÍSO - Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil/ Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Kátia M. de Queirós Mattoso: tradução de James Amado. – São Paulo: Brasiliense, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. 1907- 1990. **História Econômica do Brasil**. Caio Prado Junior. – São Paulo: Brasiliense, 2004.

WOOD, A. J. R. Russell. Padrões de Colonização no Império Português, (1400-1800). BETHENCOURT, Francisco. CURTO, Diogo Ramada. Org(s). **A Expansão Marítima Portuguesa**. (1400-1800). Portugal: Edições 70, 2010.

